

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Relatório dos 3º e 4º Bimestres de 2021





SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO	2
QUADRO-RESUMO	3
INTRODUÇÃO	5
ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA O 2º QUADRIMESTRE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	7
ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: AS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE VOLTA ÀS AULAS EM 2021	15
PROJEÇÃO COM PLOA 2022	19
CONCLUSÃO	20

APRESENTAÇÃO



SOBRE O TODOS PELA EDUCAÇÃO

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária, fundada em 2006. Com uma atuação independente e sem receber recursos públicos, nosso foco é contribuir para melhorar a Educação Básica no Brasil. Para isso, desenvolvemos ações visando ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na Educação, produzimos conhecimento com o objetivo de apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público e articulamos junto aos principais atores para efetivar as medidas que podem impactar os rumos da Educação. Além disso, monitoramos crítica e continuamente os indicadores e as políticas educacionais do País.

SOBRE ESTE RELATÓRIO BIMESTRAL

Este relatório tem o objetivo de compreender os fatores que impactaram a disponibilidade de recursos e a execução orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com o foco na Educação Básica. Para tanto, com base em publicações bimestrais do Ministério da Economia, são destacadas as variações da dotação atualizada, as taxas de empenho e pagamento do MEC e análises quantitativas e qualitativas acerca da execução de recursos públicos, com destaque para alguns programas e políticas específicas. Nesta edição, apresentamos a análise da execução orçamentária da Pasta para o terceiro e o quarto bimestres de 2021.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO

Priscila Cruz
Presidente-Executiva

Olavo Nogueira Filho
Diretor-Executivo

Lucas Hoogerbrugge
Líder de Relações Governamentais

AUTORIA E REDAÇÃO

Manuela Pereira
Coordenadora de Produção Técnica e Legislativa

APOIO TÉCNICO

Marina Rosa
Coordenadora de Relações Governamentais – Legislativo

CONSULTORIA TÉCNICA

Marcos Mognatti
Contador e Especialista em Orçamento Público pelo ISC/TCU

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Priscilla Cabral
Líder de Comunicação e Mobilização

Naiara Albuquerque
Coordenadora de Comunicação

QUADRO-RESUMO

- 1** O segundo quadrimestre de 2021 contou com o desbloqueio de 14% das despesas discricionárias que estavam impedidas em razão do teto de gastos.
- 2** Permaneceu pendente durante o segundo quadrimestre de 2021 a votação do descumprimento da Regra de Ouro, necessária para o pagamento de despesas obrigatórias do Ministério. A PLOA 2022 não traz condicionamento de despesas a essa deliberação.
- 3** O fluxo de execução das despesas obrigatórias seguiu curso normal de execução no segundo quadrimestre de 2021, em comparação com o mesmo período de anos anteriores.
- 4** O empenho de emendas impositivas foi bastante baixo em relação ao mesmo período de 2019 e de 2020.
- 5** As emendas de relator, por sua vez, são mais representativas do que as emendas parlamentares impositivas e possuem empenho igualmente superior, porém, sua execução ainda é baixa em relação à dotação total disponível.



6

O orçamento discricionário do FNDE apresenta alguns contrastes: enquanto ações relacionadas à Educação Infantil, Alfabetização e EJA possuem execução mais elevada, outras relativas ao desenvolvimento e à infraestrutura da Educação Básica não ultrapassaram a marca de 10% de empenho.



7

A variação da taxa de execução na subfunção “Educação Básica” demonstrou execução superior no segundo quadrimestre de 2021, quando comparado aos anos de 2019 e 2020.



8

Embora a taxa de empenho tenha melhorado substancialmente em relação ao primeiro quadrimestre de 2021, houve redução na dotação total da ação de implantação de escolas de Educação Infantil.



9

Houve uma queda de 63% na dotação discricionária da ação de infraestrutura da Educação Básica, que se torna quase exclusivamente dependente das indicações de emendas impositivas e de relator, com baixíssimo orçamento discricionário.



10

Chama atenção o baixíssimo empenho da ação “Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”, que abarca ações de custeio e investimento da formação dos profissionais de Educação e materiais de uso escolar.



1. INTRODUÇÃO

Os meses de maio a agosto de 2021 foram marcados por um alívio no orçamento da Educação, com o desbloqueio total dos 14% (R\$ 2,7 bilhões) das despesas discricionárias que estavam represadas nos dois primeiros bimestres de 2021, em razão do excesso de despesas do teto de gastos.

O fechamento do 2º quadrimestre de 2021 demonstrou dotação atual do Ministério da Educação, considerando todas as unidades orçamentárias vinculadas àquele órgão (Inep, Capes, FNDE, Universidades, Institutos etc.), correspondente a **R\$ 145,6 bilhões**. A distribuição geral da execução, conforme agrupamento de subfunção, é a seguinte:

Tabela 1- Execução do orçamento do MEC, por agrupamento de subfunções, no 2º quadrimestre de 2021

(Em R\$ milhões)

Agrupamento de Subfunção	Dotação Atual	Empenho	Pago	Taxa de empenho	Taxa de pagamento
	R\$	R\$	R\$	%	%
Administração e encargos trabalhistas	39.422	30.215	20.502	77%	52%
Educação Básica	45.568	40.279	22.849	88%	50%
Educação Profissional	12.830	9.358	6.510	73%	51%
Educação Superior	47.848	37.320	24.736	78%	52%
Total Geral	145.668	117.172	74.597	80%	51%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Importante ressaltar que, da dotação atual mencionada, R\$ 7,8 bilhões estão condicionados ao descumprimento da Regra de Ouro, que é alvo do PLN 9/2021, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional e pendente de votação. A liberação desse orçamento possibilitará o empenho e o pagamento de despesas obrigatórias com variados destinos. A boa

notícia é que, [conforme análise feita pelo Todos Pela Educação](#), a PLOA 2022 não traz condicionamentos relacionados à Regra de Ouro ao orçamento do MEC para o próximo exercício.

Especialmente considerando os desafios do retorno às aulas na Educação Básica, a expectativa para os meses após a aprovação da Lei Orçamentária Anual 2021 - que, extraordinariamente, só ocorreu no mês de março e aguardou sanção até o final de abril -, consistia na melhoria da execução orçamentária da Pasta, como afirmado no [Relatório de Execução Orçamentária do Ministério da Educação do 1º e 2º Bimestres de 2021](#).

Nesse sentido, o objetivo deste relatório de execução orçamentária é abordar, no período de maio a agosto, a execução das ações que receberam aporte do Ministério da Educação, a fim de exercer sua função de suporte técnico e financeiro aos Estados e Municípios na Educação Básica. Para isso, selecionamos um conjunto de ações orçamentárias do Ministério que possuem interface com tal planejamento.

Segundo [levantamento do Todos Pela Educação, com base na PNAD do segundo trimestre de 2021](#), entre as crianças e jovens de 6 a 14 anos fora da escola, foi observado um aumento de 171,1% no 2º trimestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2019. O cenário de retorno seguro às aulas requer uma ação coordenada da União, Estados e Municípios para sua execução, onde o suporte do Governo Federal torna-se essencial e necessário.

2. ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA O 2º QUADRIMESTRE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A subfunção de Educação Básica possui dotação autorizada em diversas unidades orçamentárias, sendo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e aquela relacionada às Transferências da Contribuição do Salário-Educação as mais representativas. A distribuição está descrita na tabela a seguir, que aglutina todos os tipos de dotação – obrigatórias, discricionárias, emendas etc.

Tabela 2 - Distribuição do orçamento da subfunção “Educação Básica”, conforme agrupamento de unidade orçamentária, no 2º quadrimestre de 2021

(Em R\$ milhões)

Agrupamento de Unidade Orçamentária	Dotação Atual	Dotação Atual
	R\$	%
MEC – Direta	38	0,1%
INEP	1.113	2,4%
CAPES	421	0,9%
FNDE	30.710	67,4%
Universidades e Hosp. Univ.	8	0,0%
Transf. CSE	12.830	28,2%
Outras	448	1,0%
Total Geral	45.568	100%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

As despesas obrigatórias, que consistem nas despesas legalmente garantidas, **estão seguindo o curso normal de execução** quando comparamos o 2º quadrimestre de 2021 em relação ao mesmo período em 2019 e 2020, conforme a tabela 3, abaixo.

No que tange às despesas discricionárias, pode-se perceber que **a taxa de empenho foi superior ao mesmo período nos outros dois anos anteriores** e constitui quase metade da dotação disponível para o ano de 2021.

O que chama a atenção é o baixo empenho das emendas impositivas – individuais e de bancada – no segundo quadrimestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020 e 2019. O esperado, até o fim deste ano, é o cumprimento da impositividade das emendas e a superação de possíveis barreiras para a sua execução.

As **emendas de relator possuem dotação superior às emendas impositivas** e taxa de empenho igualmente maior, embora ainda baixa em relação à dotação total disponível.

Tabela 3 – Distribuição do orçamento da subfunção “Educação Básica”, conforme classificação das despesas primárias, nos 2ºs quadrimestres de 2019*, 2020* e 2021

(Em R\$ milhões)

Despesas Primárias	2º QUAD 2019			2º QUAD 2020			2º QUAD 2021		
	Dotação Atual (DA)	Empenhado/DA	Pago/DA	Dotação Atual (DA)	Empenhado/DA	Pago/DA	Dotação Atual (DA)	Empenhado/DA	Pago/DA
Obrigatórias	38.787	94%	61%	39.556	94%	54%	39.559	96%	57%
Discricionárias	6.482	39%	13%	4.035	34%	6%	4.769	44%	8%
Discricionárias (PAC)	33	72%	-	-	-	-	-	-	-
Emendas Individuais	187	22%	0,37%	290	56%	-	100	0,4%	-
Emendas de Bancada	496	54%	-	235	74%	-	190	-	-
Emendas de Comissão	-	-	-	102	4%	-	-	-	-
Emendas de Relator	-	-	-	2.396	14%	3%	950	9%	2%
Total Geral	45.985	85%	53%	46.614	84%	47%	45.568	88%	50%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI). *Valores corrigidos pelo IPCA.

Analisando mais precisamente as despesas que estão sujeitas ao controle discricionário do Ministério, **as sucessivas medidas de desbloqueio das despesas discricionárias - que**

totalizaram o montante de R\$ 2,7 bilhões - contribuíram para a melhoria da execução orçamentária da Educação Básica.

A tabela 4, a seguir, demonstra a distribuição das ações, por unidade orçamentária, que constituem as despesas dessa natureza, com sua respectiva proporção de execução. Percebem-se **alguns contrastes na execução orçamentária do FNDE para o período:** enquanto ações relacionadas à Educação Infantil, Alfabetização e EJA possuem execução mais elevada, acima de 40%, outras relativas ao **desenvolvimento e à infraestrutura da Educação Básica** não ultrapassaram a marca de 10% de empenho.

Tabela 4 – Distribuição do orçamento discricionário (RP 2) da subfunção “Educação Básica”, por unidade orçamentária e ação, no 2º quadrimestre de 2021

(Em R\$ milhões)

Unidade Orçamentária/Ação	Dotação Atual (DA)	Empenhado/DA	Pago/DA
MEC - Direta	37,6	7%	3%
Apoio Capacit. Professores e Profissionais para Ed. Básica (20RJ)	37,6	7%	3%
INEP	1.113,2	67%	2%
Censo Escolar da Educação Básica (4014)	9,3	9%	5%
Exames e Avaliações da Ed. Básica (20RM)	1.103,9	67%	2%
CAPES	421,0	84%	65%
Apoio Capacit. Professores e Profissionais para Ed. Básica (20RJ)	84,2	20%	12%
Bolsas Ed. Básica (0000)	336,8	100%	78%
FNDE	3.103,5	30%	2%
Apoio à Alfabet., EJA e a Prog. Elevação de Escolarid. com Qualif. Prof. e Part. Cidadã (214V)	1,3	56%	0%
Apoio à Man. Ed. Infantil (00OW)	51,8	62%	45%
Apoio ao Desenv. Ed. Básica (0509)	499,3	7%	1%
Apoio implantação de Escolas para Ed. Infantil (12KU)	82,8	44%	29%
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	20,3	2%	0%
Bolsas Ed. Básica (0000)	23,4	59%	47%
Bolsas EJA, Qualif. Prof. e Part. Cidadã (00PH)	7,1	0%	0%
Livros e Materiais Didáticos Ed. Básica (20RQ)	2.417,5	34%	1%
Universidades e Hosp. Univ.	8,3	41%	15%
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica (20RI)	8,3	41%	15%

Unidade Orçamentária/Ação	Dotação Atual (DA)	Empenhado/DA	Pago/DA
Outras	85,1	52%	20%
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica (20RI)	44,3	45%	13%
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial (21CO)	40,8	60%	29%
Total Geral	4.768,7	44%	8%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Desmembramos, nas tabelas 5, 6 e 7, as emendas parlamentares – individuais, impositivas e de relator – por órgão e ação. Os dados demonstram a já mencionada baixa execução.

Tabela 5 – Distribuição das emendas individuais impositivas (RP 6) da subfunção “Educação Básica”, por unidade orçamentária e ação, no 2º quadrimestre de 2021

(Em R\$ milhões)

Unidade Orçamentária/Ação	Dotação Atual (DA)	Empenhado	Pago
FNDE	98,3	0,3%	-
Apoio ao Desenv. Ed. Básica (0509)	15,7	0,8%	-
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	74,1	0,2%	-
Apoio Transp. Escolar - Caminho da Escola (0E53)	8,5	-	-
Outras	1,8	7,8%	-
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica (20RI)	1,8	7,8%	-
Total Geral	100	0,4%	-

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Tabela 6 – Distribuição das emendas de bancada impositivas (RP 7) da subfunção “Educação Básica”, por unidade orçamentária e ação, no 2º quadrimestre de 2021

(Em R\$ milhões)

Unidade Orçamentária/Ação	Dotação Atual (DA)	Empenhado	Pago
FNDE	190	-	-
Apoio ao Desenv. Ed. Básica (0509)	-	-	-
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	107	-	-
Apoio Transp. Escolar - Caminho da Escola (0E53)	83	-	-
Total Geral	190	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Tabela 7 – Distribuição das emendas de relator (RP 9) da subfunção “Educação Básica”, por unidade orçamentária e ação, no 2º quadrimestre de 2021

(Em R\$ milhões)

Unidade Orçamentária/Ação	Dotação Atual (DA)	Empenhado	Pago
FNDE	950	9%	2%
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	950	9%	2%
Total Geral	950	9%	2%

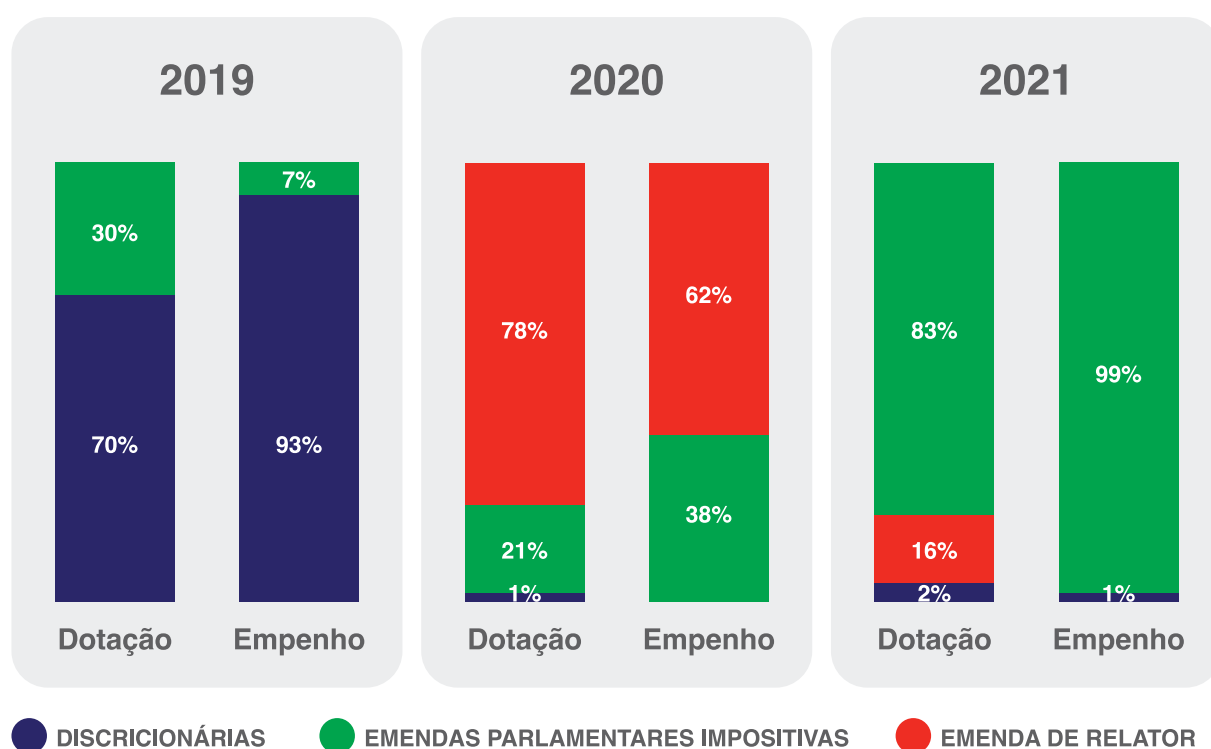
Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

Apesar da baixa taxa de empenho das emendas parlamentares perante as discricionárias para o ano de 2021, quando analisamos a execução da ação de apoio à infraestrutura da Educação Básica, pode-se perceber que a disponibilidade de recursos para essa ação, em 2020 e 2021, esteve condicionada às emendas impositivas e à emenda de relator, como se pode verificar no gráfico 1.

Tal ação orçamentária constitui uma das ações basilares no fornecimento de recursos para as redes de ensino na Educação Básica. Em 2020, 62% do empenho dessa ação correspondeu à emenda de relator. Como já apresentado por diversos analistas, tal tipo de emenda não possui transparência sobre o parlamentar responsável pela destinação da emenda, como também não segue critérios técnicos de alocação e investimentos.

Em 2021, quase a totalidade da dotação e do empenho para a ação de infraestrutura foi condicionada a emendas parlamentares impositivas. Apenas 16% da dotação são de emenda de relator. Além disso, a dotação e o empenho das despesas discricionárias para essa ação tiveram uma queda vertiginosa se compararmos com 2019. Percebemos a baixa alocação de recursos discricionários próprios do Ministério quando observamos a execução dessa ação, que acaba por se sustentar a partir da indicação de emendas parlamentares. É importante destacar que, em 2019, o Orçamento Geral da União não continha o identificador “RP 9” para as emendas de relator.

Gráfico 1 - Execução da Ação de Infraestrutura



Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

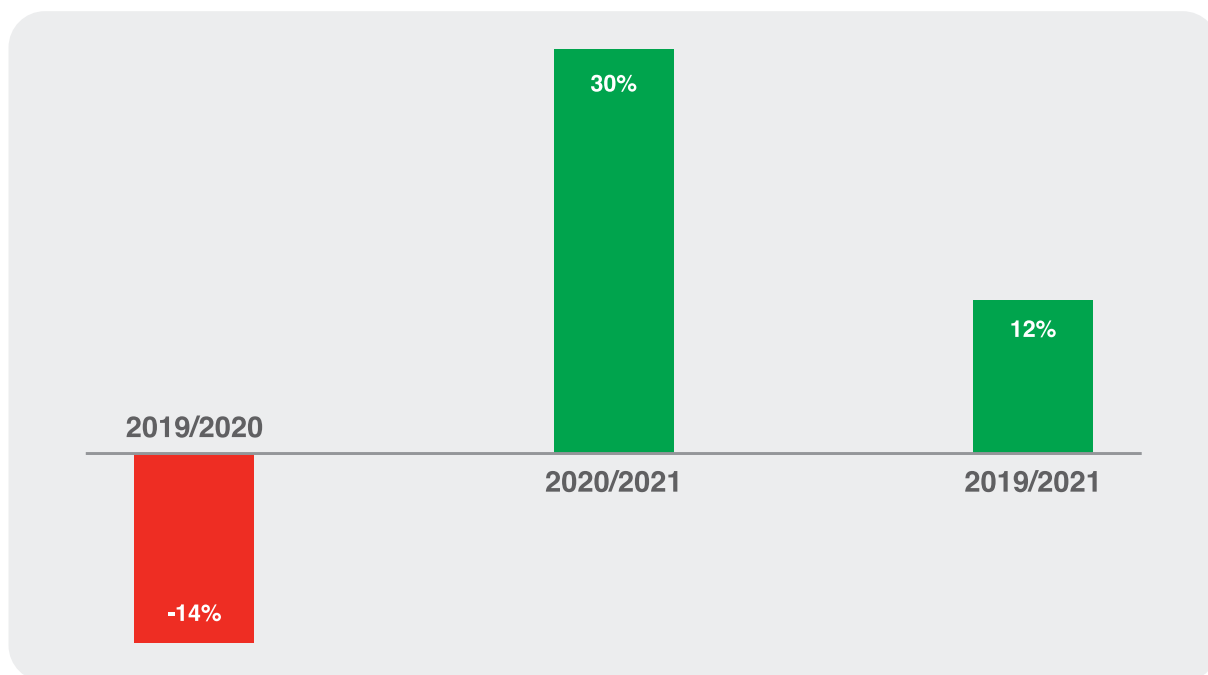
2.1. Variação da taxa de execução das despesas discricionárias da subfunção “Educação Básica”

Ao analisarmos a variação das taxas de empenho e de pagamento das despesas discricionárias da subfunção “Educação Básica” dos três últimos anos, podemos averiguar algumas tendências.

Utilizamos o ano de 2019 como base comparativa por se tratar de um ano considerado de funcionamento típico, sem os impactos adversos da pandemia, ainda que com a baixa execução que tem sido característica durante o governo. A suspensão do ritmo de execução orçamentária de 2020 e o redirecionamento de dotações orçamentárias como reação à suspensão das aulas presenciais trouxeram características à análise que não permitem comparação coerente na maior parte dos casos.

Conforme pode ser observado a seguir, no gráfico 2, quando comparamos a taxa de empenho para a subfunção da Educação Básica no 2º quadrimestre de 2019, 2020 e 2021, este último ano teve uma taxa de empenho superior, em 12%, em relação a 2019, e de 30%, em relação a 2020. O mesmo comparativo entre 2019 e 2020 reforça que o ano de 2020 foi um ano atípico na execução da Educação Básica, uma vez que tivemos uma queda de 14% na taxa de empenho.

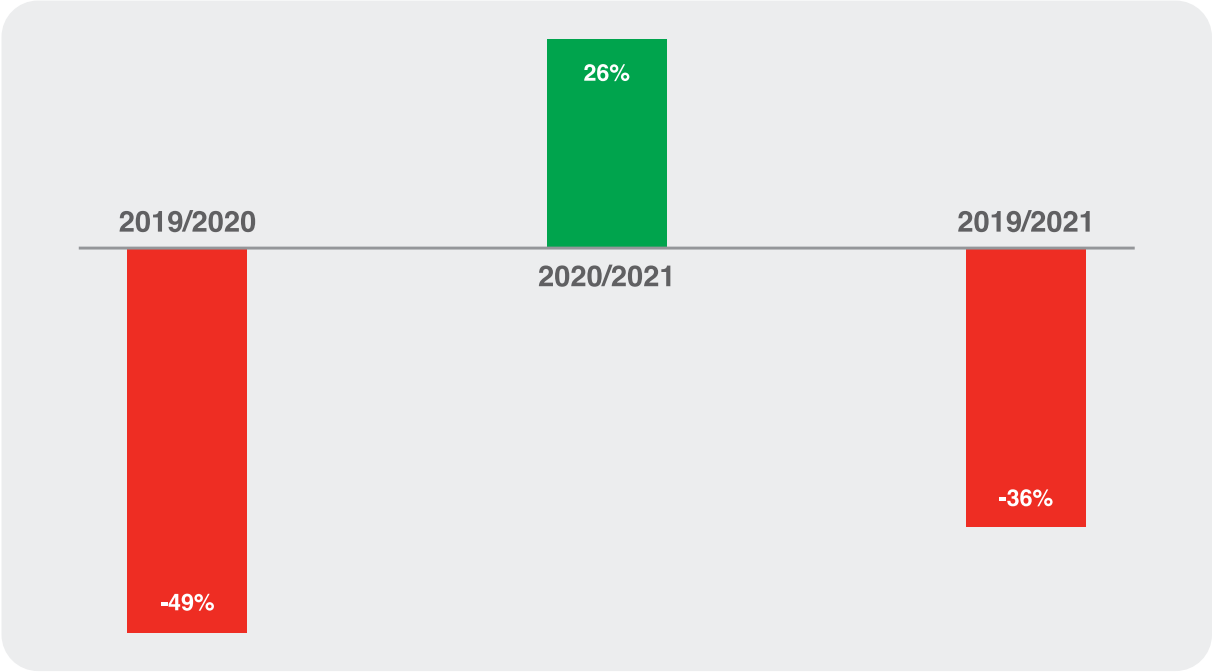
Gráfico 2 - Variação da Taxa de Empenho na Educação Básica



Fonte: Siafi (Tesouro Nacional).

Já no gráfico 3, ao realizar a mesma análise para a taxa de pagamento, no ano de 2020 observa-se uma queda de 49% quando comparado ao ano anterior. Todavia, a variação da taxa de pagamento apresenta uma melhora significativa em 2021 quando comparamos com o mesmo período (2º quadrimestre) de 2020, que alcançou 26%. Se comparado com 2019, o segundo quadrimestre deste ano ficou 36% abaixo.

Gráfico 3 - Variação da Taxa de Pagamento na Educação Básica



Fonte: Siafi (Tesouro Nacional).

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: AS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE VOLTA ÀS AULAS EM 2021

Ao observarmos as ações que possivelmente podem auxiliar Estados e Municípios no planejamento de retorno às aulas, elencamos, na tabela 8, as ações das despesas discricionárias pertencentes à subfunção da Educação Básica.

No que se refere às demais ações com orçamento discricionário relacionadas à Educação Básica, há uma melhora expressiva na taxa de empenho em algumas delas. Houve uma melhora, por exemplo, no apoio à capacitação de professores e profissionais, onde a taxa de empenho no 1º quadrimestre deste ano foi de 1% e passou a 16% no 2º quadrimestre. A ação “Exames e avaliações da Educação Básica” também saltou de 1,1% de empenho para 67,1% de um quadrimestre a outro.

Em que pese esses pontos positivos, as ações “Apoio ao desenvolvimento da Educação Básica” e “Apoio à infraestrutura da Educação Básica” obtiveram um aumento ínfimo na taxa de empenho, alcançando 6,6% e 2% no 2º quadrimestre, respectivamente. São essas ações que suportam, no Programa “Educação Básica de Qualidade”, as ações de custeio e investimento aos estados e municípios, como formações e capacitações, aquisição de mobiliário, materiais escolares e esportivos, além de construções, ampliações, reformas e adequações de escolas.

Tabela 8 – Distribuição da execução das ações relacionadas à Educação Básica, despesas discricionárias (RP 2), nos 1º e 2º quadrimestres de 2021

(Em R\$ milhões)

Ação	1º QUAD 2021			2º QUAD 2021		
	Dotação Atual (DA)	Empenhado (DA)	Pago (DA)	Dotação Atual (DA)	Empenhado (DA)	Pago (DA)
Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica (20RI)	52,6	7,2%	2,3%	52,6	44,5%	12,9%
Apoio ao Desenv. Ed. Básica (0509)	510,6	0,1%	0,0%	499,3	6,6%	0,8%

Ação	1º QUAD 2021			2º QUAD 2021		
	Dotação Atual (DA)	Empenhado (DA)	Pago (DA)	Dotação Atual (DA)	Empenhado (DA)	Pago (DA)
Apoio Capacit. Professores e Profissionais para Ed. Básica (20RJ)	113,8	0,9%	0,5%	121,8	16,4%	9,4%
Apoio Infra. Ed. Básica (20RP)	55,3	0,0%	0,0%	20,3	2,2%	0,0%
Bolsas Ed. Básica (0000)	304,2	41,2%	25,4%	360,2	97,4%	75,9%
Censo Escolar da Educação Básica (4014)	9,3	4,0%	3,6%	9,3	8,9%	4,6%
Exames e Avaliações da Ed. Básica (20RM)	1.103,9	1,1%	0,5%	1.103,9	67,1%	1,7%
Livros e Materiais Didáticos Ed. Básica (20RQ)	2.428,8	0,1%	0,0%	2.417,5	34,3%	0,5%
Total Geral	4.578,3	3,2%	1,9%	4.584,8	43,6%	7,1%

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

No que tange às ações para a Educação Infantil, dispostas na tabela 9, observamos que, no 1º quadrimestre de 2021, não houve execução, muito provavelmente devido às regras de bloqueio das despesas discricionárias. Já no 2º quadrimestre, temos um cenário diferente: a ação de apoio à manutenção da Educação Infantil manteve a dotação de R\$ 51,8 milhões, dos quais 62% foram empenhados. Já em relação à ação de implantação de escolas para a Educação Infantil, a dotação foi reduzida de R\$ 108,8 milhões para R\$ 82,8 milhões, dos quais 44% foram empenhados.

Tabela 9 - Distribuição da execução das ações relacionadas à Educação Infantil, por plano orçamentário, despesas discricionárias (RP 2), nos 1º e 2º quadrimestres de 2021

(Em R\$ milhões)

Ação	1º QUAD 2021	2º QUAD 2021		
	Dotação Atual (DA)	Dotação Atual (DA)	Empenhado (DA)	Pago (DA)
Apoio à Man. Ed. Infantil (000W)	51,8	51,8	62%	45%
Apoio implantação de Escolas para Ed. Infantil (12KU)	108,8	82,8	44%	29%
Total Geral	160,6	134,7	51%	35%

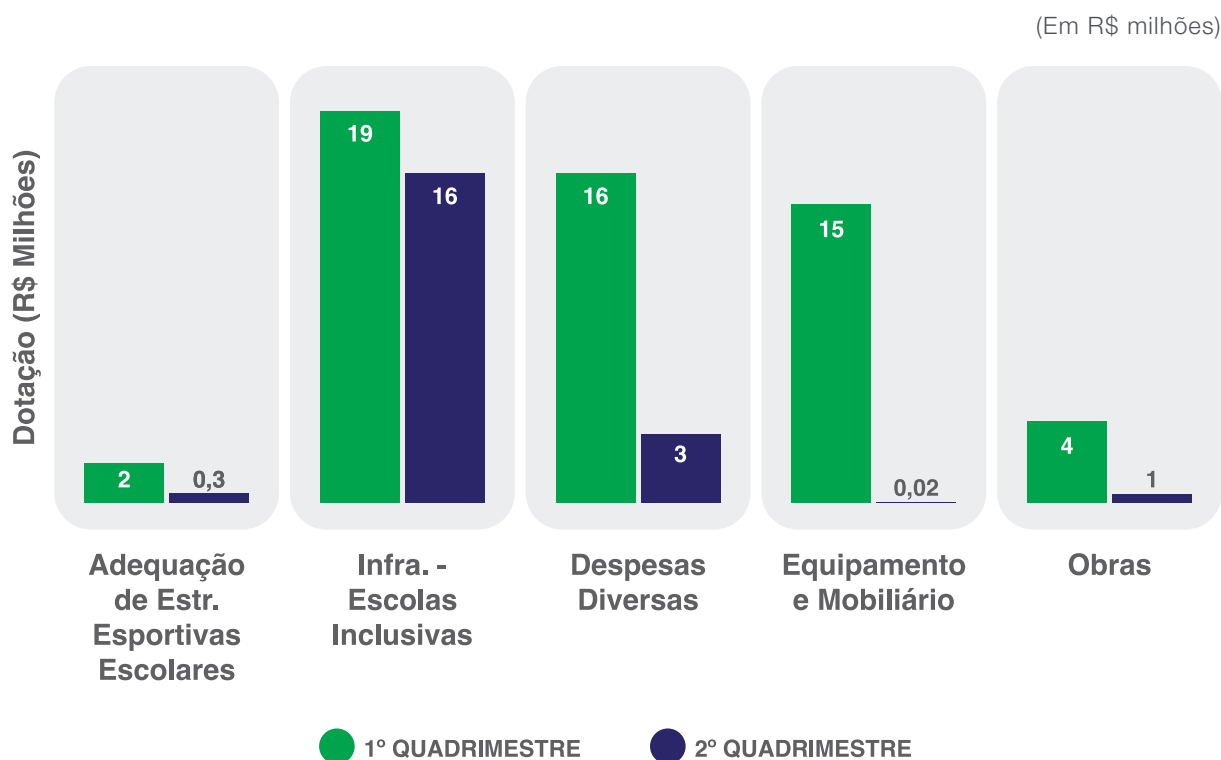
Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI).

No gráfico 4, abaixo, podemos observar a dotação discricionária da ação de “Apoio à infraestrutura da Educação Básica”, a partir dos seus planos orçamentários, ou seja, subdivisões orçamentárias de uma ação que apontam de forma mais específica a destinação dos recursos.

A ação de apoio à infraestrutura agrupa a adequação de estruturas esportivas, de infraestrutura de escolas inclusivas, de despesas diversas, de equipamentos e mobiliários e de obras. Em um cenário de adequação da infraestrutura para o retorno às aulas presenciais, a dotação orçamentária deveria ter crescimento positivo e gradativo ao decorrer desses dois quadrimestres, visto as já conhecidas necessidades de melhoria na infraestrutura das escolas existentes.

No entanto, a ação teve uma queda de 63% na sua dotação discricionária (RP 2) e observamos, abaixo, no gráfico 4, reduções de dotação em todos os planos orçamentários dessa ação. Essa movimentação reduz a disponibilidade de recursos para os gestores estaduais e municipais voltados à adequação das escolas para o planejamento do retorno às aulas.

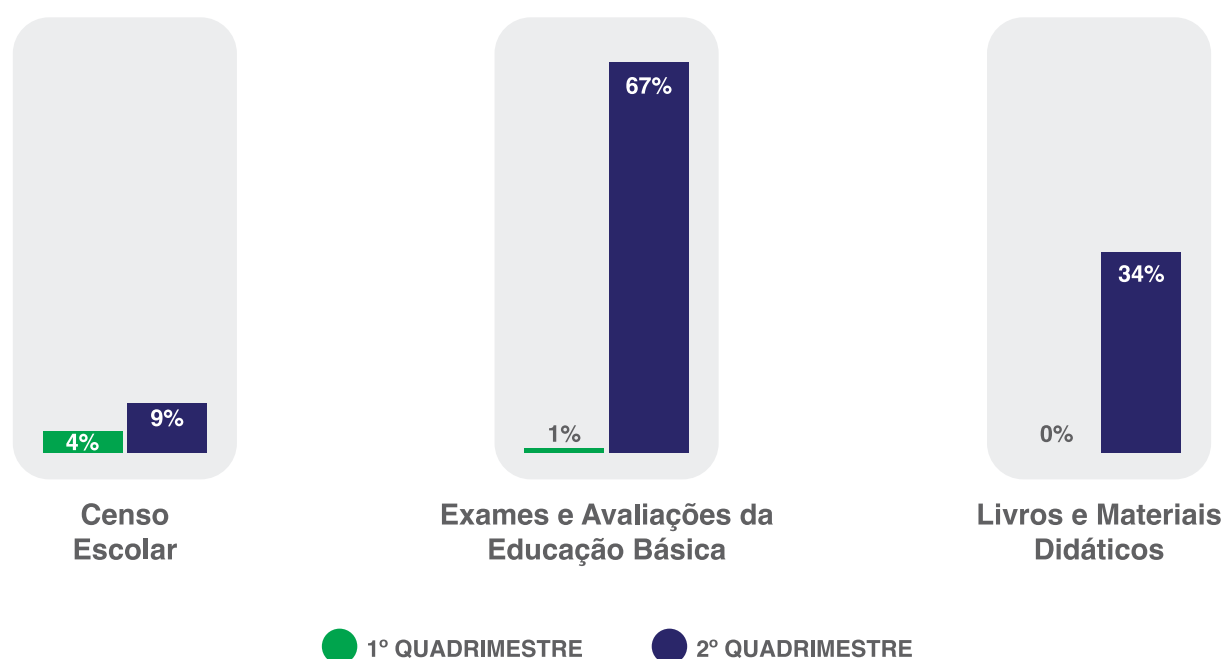
Gráfico 4 - Distribuição da dotação da ação “Apoio à infraestrutura da Educação Básica”, por plano orçamentário, despesas discricionárias (RP 2), nos 1º e 2º quadrimestres de 2021



Fonte: Siafi (Tesouro Nacional).

No gráfico 5, a execução para avaliação da Educação Básica possui um cenário positivo. Exames e avaliações da Educação Básica saíram de uma taxa de empenho de 1%, no primeiro quadrimestre, para 67%, o que demonstra uma curva ascendente de recuperação na execução orçamentária. Esse mesmo comportamento, em menor magnitude, pode ser observado na aquisição de livros e materiais didáticos, que saiu de uma taxa de empenho de menos de 1%, no primeiro quadrimestre, para 34%, no 2º quadrimestre. Crescimento também pode ser observado na taxa de empenho do Censo Escolar, que foi de 4%, no 1º quadrimestre, para 9%, no segundo quadrimestre.

Gráfico 5 - Distribuição do empenho das ações “Censo Escolar”, “Exames e avaliações” e “Livros e materiais didáticos”, despesas discricionárias (RP 2), nos 1º e 2º quadrimestres de 2021

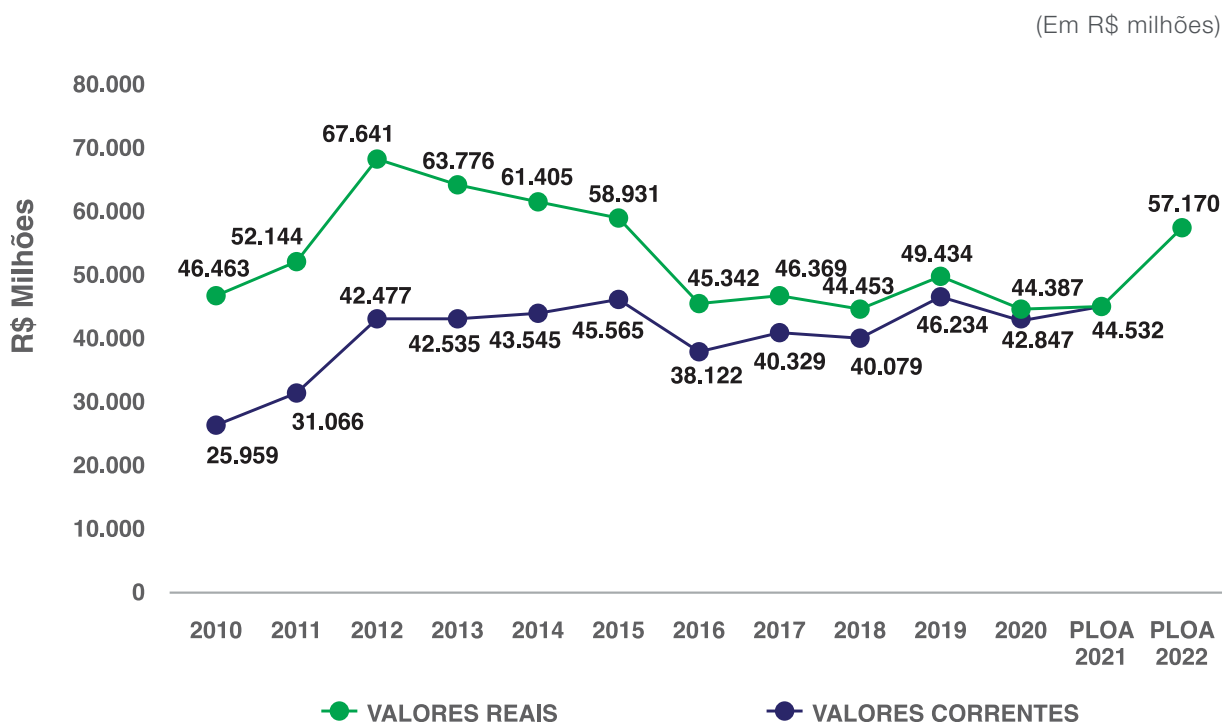


Fonte: Siafi (Tesouro Nacional).

4. PROJEÇÃO COM PLOA 2022

O PLOA 2022 aponta para uma melhoria no cenário orçamentário da Educação Básica, se a dotação final autorizada corresponder ao previsto na proposta. Espera-se um incremento de R\$ 12,6 bilhões no orçamento da Educação Básica para o próximo exercício, o que re-presentará um aumento de 28% em relação a 2021. [Análise feita em setembro de 2021 pelo Todos Pela Educação](#) aponta que parte desse aumento refere-se às despesas obrigatórias provenientes do Novo Fundeb e que há previsão de um discreto incremento nas despesas discricionárias. Houve também um tímido aumento em algumas ações como infraestrutura e formação de profissionais da Educação.

Gráfico 6 - Valores apresentados nos Projetos de Lei Orçamentária para o Orçamento da Educação Básica do Ministério da Educação, conforme valores reais e correntes, de 2010 a 2022



Fonte: Siafi (Tesouro Nacional).



5. CONCLUSÃO

As redes de ensino enfrentam, hoje, vários desafios, tanto pela necessidade de retomar as aprendizagens e combater a evasão escolar como pelas demandas por adequação física e estrutural do ensino, problemas agravados pelo longo período de fechamento das escolas. Esse cenário demanda um esforço conjunto dos gestores públicos envolvidos em retomar a escola como um ambiente central para a aprendizagem.

Considerando ser o Ministério da Educação indutor das políticas educacionais nacionais e ator central no apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios, faz-se essencial observar a qualidade de alocação dos recursos utilizados para materializar esse papel, no que é possível incrementar para além das despesas obrigatórias.

Selecionamos, neste relatório, um conjunto de ações que afetam o planejamento das redes de ensino na continuidade das aulas, sejam elas relacionadas à formação de professores, aquisição de materiais didáticos, avaliação da Educação Básica, apoio à Educação Infantil ou apoio à infraestrutura.

Depois de um primeiro quadrimestre limitado pelas consequências da aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2021 meses após o início do exercício, observamos, no segundo quadrimestre, melhorias na execução orçamentária, especialmente se compararmos com o ano de 2020, cuja execução orçamentária foi gravemente afetada. Ainda assim, o Orçamento do MEC carece de melhor planejamento e prioridade alocativa. A dependência da ação de apoio à infraestrutura de emendas parlamentares exemplifica esse tipo de problemática.

Além da expectativa de aumento da execução orçamentária para o fechamento do último quadrimestre de 2021, espera-se que a PLOA 2022 seja votada ainda neste ano, corrigindo distorções, reconhecendo as limitações que o ano eleitoral impõe aos gestores e as demandas das redes de ensino.





TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



 TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR

 [/TODOSEDUCACAO](https://www.facebook.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSEDUCACAO](https://twitter.com/TODOSEDUCACAO)

 [@TODOSPELAEDUCACAO](https://www.instagram.com/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/USER.TODOSPELAEDUCACAO](https://www.youtube.com/user/TODOSPELAEDUCACAO)

 [/COMPANY/TODOSPELAEDUCACAO](https://www.linkedin.com/company/TODOSPELAEDUCACAO)

 TODOS PELA EDUCAÇÃO